(S: 26.02.2016)

ACTA Nº 1/2016

--Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Chamusca, realizada no dia vinte seis de fevereiro de dois mil e dezasseis no Salão de Convívio do Centro Cultural do Semideiro – Bairro D. Maria F. Vaz Monteiro no Semideiro. ----------

--Aos vinte e seis dias, do mês de fevereiro de dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, realizou-se a ***Sessão Ordinária****, com a seguinte* ***ORDEM DE TRABALHOS****:* ----------

----------DOCUMENTOS / INFORMAÇÃO/ CONHECIMENTO ----------

--1. Relatórios de Atividades do Executivo Municipal Relativos aos Meses de Dezembro e Janeiro *– Apreciação;* ----------

----------DOCUMENTOS / APROVAÇÃO ----------

--2. Central de Compras Eletrónicas da CIMLT – Contrato de Mandato *– Apreciação e votação;* ----------

--3. CIMLT: Projetos de Delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana *– Apreciação e votação;* ----------

--4. XIII Alteração ao PDM da Chamusca *– Apreciação e votação;* ----------

--5. Abertura de Procedimento Concursal para constituição de relação jurídica de emprego público a termo resolutivo certo e alteração ao mapa de pessoal para 2016 *– Apreciação e votação;* ----------

--6. Apoio ao Associativismo: Transportes e Apoio Logístico para realização de eventos *– Apreciação e votação;* ----------

--7. Regulamento Municipal de Atribuição e Gestão de Habitação Municipal *–*

Imprensa Municipalista — Lisboa

Apreciação e votação; ----------

--8. Proposta de Protocolo de Colaboração Administrativa e Financeira a celebrar com Associação do Grupo de Forcados do Aposento da Chamusca (Protocolo n.º 46/2016) – *Apreciação e votação;* ----------

----------***DOCUMENTOS / RATIFICAÇÃO*** ----------

--9.Proposta de Adenda ao Contrato Programa de Gestão / Ano 2015 celebrado com a União Desportiva da Chamusca – *Apreciação e votação;* ----------

--10.Protocolo de Parceria com a ABAE – Associação Bandeira Azul da Europa – Implementação e Desenvolvimento do Programa Eco-Escolas no Concelho – *Apreciação e votação;* ----------

--11. Proposta Protocolo – Organização de Eventos com Federação de Triatlo Portugal para Duatlo do Semideiro em 21.02.2016 – *Apreciação e votação;* ----------

----------***PRESENÇAS***----------

--DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: *composta por 20 (vinte) elementos em efetividade de funções sendo: 9 (nove) do PS – Partido Socialista; 6 (seis) da CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV, doravante "CDU" e 5 (cinco) da Coligação Mais e Melhor PPD/PSD – CDS-PP, doravante "Coligação Mais e Melhor", verificaram-se as ausências, com as respetivas justificações e pedidos substituições, de Miguel Luís Irineu Fernandes de Almeida Romão por Rui José Pires, PS, de António José Moreira substituído por Ana Filipa Mendes, PS e de Ana Cristina Frazão Costa, CDU, que não se fez substituir. Referiu, ainda, o Senhor Presidente da Assembleia que verbalmente o eleito Miguel Luís Irineu Romão ter-lhe-á comunicado que por motivos profissionais não poderá assumir as suas funções na Assembleia Municipal, ocupando o eleito Rui José*

(S: 26.02.2016)

Pires o referido lugar, de acordo com listagem eleitoral do Partido Socialista. Deste modo o eleito Rui José Pires tomou Posse e passou a integrar a bancada do PS na Assembleia Municipal. ----------

--Comunicou, também, o Senhor Presidente da Assembleia que o eleito António José Tomaz Moreira abdicou do seu lugar de Primeiro Secretário desta Assembleia Municipal, a referida pretensão não foi recebida a tempo de incluir na Ordem de Trabalhos a eleição do futuro Primeiro Secretário, pelo que será feita votação na próxima Sessão. ----------

--Solicitou, ainda, o Senhor Presidente da Assembleia que lhe fosse indicado o representante de cada uma das bancadas que irá integrar, como assistente, a Comissão de Acompanhamento do Eco Parque do Relvão. ----------

--Assim pelo PS foi indicado o eleito António José Moreira, pela Coligação Mais e Melhor Fernando Garrido e pela bancada da CDU o eleito Miguel Gil. ----------

*--**DA CÂMARA MUNICIPAL:** composta por cinco elementos, sendo: 2 (dois) do PS –, 2 (dois) da CDU e 1 (um) da Coligação Mais e Melhor, compareceram todos.* ----------

----------ATAS ----------

*--Presente a ata nº 7/2015, da Sessão Ordinária de 18 de dezembro de 2015 foi votada e **Aprovada**, por maioria de presenças, com duas abstenções dos eleitos que não estiveram presentes na referida Sessão, neste caso de José Joaquim de Jesus Braz, CDU, e de Rui José Pires, PS.* ----------

----------PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

--O Senhor Presidente da Assembleia Municipal inquiriu o Plenário sobre possíveis intervenções, ocorrendo: ----------

Imprensa Municipalista — Lisboa

--Pela CDU, Rui Cruz apresentou a seguinte Moção: ----------

----------MOÇÃO ----------

----------Pela reposição das Freguesias ----------

--A Lei Nº 22/2012, obra do anterior governo, extinguiu 1165 freguesias em todo o país, desde o primeiro momento que a CDU se mostrou contra esta reorganização administrativa, promovida pelo PSD/CDS, contra a vontade das populações e dos órgãos autárquicos que as representam e que no concelho da Chamusca se mostraram maioritariamente contra esta reorganização, quer na Câmara Municipal, na Assembleia Municipal e nas Assembleias de Freguesia. ----------

--As reorganizações administrativas devem assentar na vontade popular e traduzir-se, sempre, no aprofundamento do carácter democrático e plural do Poder Local, no aumento da capacidade de intervenção das populações, no respeito da autonomia dos órgãos autárquicos e no reforço da Capacidade de prestação de serviços públicos e de melhoria das condições de vida das populações, nesse sentido a CDU defende onde for vontade expressa das populações, lhe sejam devolvidos os valores culturais, tradicionais e patrimoniais que foram roubados às populações, contra a sua vontade e à revelia das posições tomadas pelos seus órgãos autárquicos. ----------

--Na anterior legislatura foi entregue pelo grupo parlamentar do PCP, na Assembleia da República vários projectos-lei que tinham como objectivo a reposição de inúmeras freguesias extintas, que nunca chegaram a ser discutidos e que prescreveram com o fim da legislatura, nesse sentido a Assembleia Municipal de Chamusca reunida a 26 de Fevereiro de 2016 apela ao governo: ----------

--1) Que cumpra o seu compromisso eleitoral de corrigir os erros da extinção de

(S: 26.02.2016)

freguesias, criando uma nova lei que devolva as freguesias às populações e que valorize a autonomia do poder local na administração do seu território. ----------

--2) Que tenha em atenção as tomadas de posição dos vários órgãos autárquicos relativamente á Lei Nº 22/2012 e que acelere o processo de discussão acerca deste assunto, repondo o quanto antes às populações aquilo que lhes foi roubado. ----------

--Remeta-se este documento ao: Sr. Primeiro-ministro, ao Sr. Ministro da tutela, aos vários grupos parlamentares com assento na Assembleia da República, à comunicação social nacional, regional e local. ----------

--Os Eleitos da CDU na Assembleia Municipal da Chamusca" ----------

--Fernando Garrido, Coligação Mais e Melhor PPD/PSD – CDS-PP, quis saber porque é que não foi refeito o processo de aquisição de sete viaturas, uma vez que há quatro sessões atrás lhes foi presente, com uma certa premência, uma proposta de aquisição para o referido número de viaturas, proposta essa que ficou sem efeito dado a ilegalidade do processo, relembrando, também, que para além de alertar, a sua bancada votou contra. Pretendeu, também, uma explicação para ao invés dessa aquisição de viaturas se tivesse feito outra de viaturas velhas, algumas quase em limite de prazo para o transporte de crianças. ----------

-- O Senhor Presidente da Câmara não se pronunciou sobre o assunto. ----------

----------PERÍODO DA ORDEM DO DIA----------

----------ORDEM DE TRABALHOS----------

----------DOCUMENTOS / INFORMAÇÃO/ CONHECIMENTO ----------

--1. Relatórios de Atividades do Executivo Municipal Relativos aos Meses de Dezembro e Janeiro – Apreciação; ----------

Imprensa Municipalista — Lisboa

--Com base na documentação, prévia e atempadamente distribuída, o Senhor Presidente da Câmara fez um breve resumo da matéria e colocou-se à disposição, assim como ao restante executivo para eventuais elucidações. ----------

--Dado não se terem afigurado dúvidas ou intervenções de imediato se passou ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. ----------

----------DOCUMENTOS / APROVAÇÃO ----------

---2. Central de Compras Eletrónicas da CIMLT – Contrato de Mandato – Apreciação e votação; ----------

--O Senhor Presidente, fazendo um breve resumo da matéria, esclareceu que este novo contrato de mandato pretende possibilitar e promover a adoção de um novo modelo de acordos-quadro em futuras compras, permitindo um crescimento dos resultados financeiros associados à CCE-CIMLT. Concluiu que o procedimento proposto é que seja a CIMLT a desenvolver com todo o processo concursal e posteriormente cada um dos municípios fará o ajuste direto dentro do concurso promovido. Neste novo contrato administrativo os municípios manifestam a sua vontade de integrar o projeto. ----------

--Não havendo intervenções foi o referido Contrato de Mandato votado e ***Aprovado*** *por unanimidade de presenças. ----------*

--3. CIMLT: Projetos de Delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana – Apreciação e votação; ----------

--Esclarecendo o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que inicialmente a Freguesia de Chamusca tinha 3 Áreas de Reabilitação Urbana definidas, contudo dentro do plano de ação concluiu-se que a ARU3 para além de bastante extensa era muito díspar, tanto a nível da morfologia como ao tipo de construções, não se enquadrando

dentro da mesma Área de Reabilitação Urbana. Assim a Câmara Municipal, e os seus técnicos, propuseram a sua divisão em duas surgindo deste modo a ARU4. ----------

--Por outro lado surgiu a necessidade de criar uma área de Reabilitação Urbana para a Aldeia do Arripiado, dada a sua estrutura urbana diferenciada do restante Concelho. ---

-Concluiu, mencionando ser o período de vigência, desta ARU3, até fevereiro pelo que a proposta é deixá-la "cair" e constituir a nova ARU3, a ARU4 e a ARU do Arripiado. ----

--Nada ocorrendo o ponto 3 – ***CIMLT: Projetos de Delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana*** *foi colocado à votação e* ***Aprovado*** *por unanimidade de presenças e em minuta para efeitos imediatos.* ----------

--4. XIII Alteração ao PDM da Chamusca – Apreciação e votação; **----------**

--Resumidamente o Senhor Presidente da Câmara Municipal mencionou o propósito desta alteração, que contempla modificações aos artigos 14º - Reserva Agrícola, 20º - Espaços Industriais, 21º Espaços Agrícolas e 22º Espaços Florestais. Estão nesta alteração ponderadas medidas relacionadas com a extração de inertes (pedreira da Carregueira), com as zonas industriais (sobretudo zona industrial oeste de Ulme), com as áreas máximas de construção nos espaços agrícolas e florestais no que respeita aestufas, pavilhões de apoio à atividade agrícola ou florestal e também de agropecuárias. Terminou colocando-se à disposição para esclarecimento de eventuais questões. ----------

--Rui Pires, PS, usando da palavra referiu não ser muito conhecedor da matéria, contudo considera-a bastante complexa, pelo que pergunta porque é que foi necessário chegar-se à décima terceira alteração, dado que os procedimentos utilizados serão decerto os de revisão do Plano Diretor Municipal. ----------

Imprensa Municipalista — Lisboa

--Explicando o assunto o Senhor Presidente da Câmara transmitiu que o Município está de momento numa fase de revisão a "andar a todo o vapor", coerentemente dentro dos prazos legais que são impostos perspetivando-se a sua conclusão para o final de 2017. Assim e tendo que se dar resolução a problemas pendentes há anos existe a necessidade de consecutivamente se fazerem as referidas alterações, particularmente em relação ao Eco Parque do Relvão. ----------

--Nada ocorrendo foi a ***XIII Alteração ao PDM da Chamusca*** *colocada à votação e* ***Aprovada****, por maioria de presenças, com uma abstenção do Eleito Rui Pires e os votos a favor dos restantes eleitos e em minuta para efeitos imediatos.* ----------

--5. Abertura de Procedimento Concursal para constituição de relação jurídica de emprego público a termo resolutivo certo e alteração ao mapa de pessoal para 2016 – Apreciação e votação; **----------**

--Disse a Senhora Vice-presidente que após procedimento concursal os dois Técnicos Superiores afetos à contabilidade ingressaram na DGAL, encontrando-se em período experimental, assim, de modo a colmatar as necessidades existentes na secção e assegurar o seu eficaz funcionamento é sugerida a abertura de procedimento concursal comum para ocupação de um posto de trabalho, para o exercício de funções correspondentes à categoria de Técnico Superior na área da Contabilidade. Tendo em conta que os dois lugares existentes no quadro não podem ser ocupados até términus do período experimental dos dois técnicos, é proposta, também, alteração ao mapa de pessoal para criação do lugar a ser preenchido, através do já mencionado procedimento concursal. ----------

--Acrescentou que os dois lugares de momento preenchidos serão extintos caso se

verifique que após o período experimental os dois técnicos não regressam. ----------

--Não havendo quaisquer intervenções foi a proposta de ***Abertura de Procedimento Concursal para constituição de relação jurídica de emprego público a termo resolutivo certo e alteração ao mapa de pessoal para 2016*** *votada e* ***Aprovada*** *por unanimidade de presenças e em minuta para efeitos imediatos.* ----------

--6. Apoio ao Associativismo: Transportes e Apoio Logístico para realização de eventos – Apreciação e votação; ----------

--Explicou o Senhor Presidente da Câmara Municipal que esta proposta, à semelhança do ano transato, sugere a isenção de taxas municipais a nível de transportes e de apoio logístico na realização de eventos às associações inscritas no RACH num plafond de 30 horas. É uma proposta que, também, contempla os clubes com atividades federadas, as quais e havendo disponibilidade de transporte serão isentas na totalidade das suas atividades. ----------

--João Santos, Coligação Mais e Melhor, referiu que da última vez que o assunto dos transportes para as associações foi abordado questionou se a taxa que estas iriam pagar excedendo o Plafond das 30 horas era razoável e possível, passado um ano considera que é claramente uma taxa excessiva, pois um valor de quarenta e um euros à hora excede claramente a capacidade de qualquer associação do Concelho. Hoje interroga o porquê desta isenção ser apenas para atividades desportivas federadas e não se estende a todas as associações federados e confederadas e, também, porquê 30 horas por associação e não 30 horas por valência de cada associação. Pois assim uma associação que desenvolva mais atividades é penalizada em relação a uma que desenvolva menos. --

--Respondendo o Senhor Presidente da Câmara que em 2015 nenhuma associação

Imprensa Municipalista — Lisboa

excedeu o pedido de mais de 30 horas de apoio logístico ou de apoio em transportes, acrescentando que de momento está a ser preparada uma revisão ao regulamento em que nomeadamente o apoio financeiro deixará de ser à posteriori e passará a ser efetuado de acordo com o plano de atividades, os pagamentos serão concedidos conforme as concretizações ao longo do ano. Obrigando, este procedimento, a que as associações não sejam "subsídio dependentes" para fazer as suas atividades. Trata-se também de uma contensão de custos e ponderação na utilização dos recursos municipais, por outro lado serão recompensados os que trabalham mais. ----------

--Intervindo, novamente, o Eleito João Santos, Coligação Mais e Melhor, indo ao encontro das palavras do Senhor Presidente adita que efetivamente para recompensar quem mais trabalha faria todo o sentido alongar as 30 horas por valências. ----------

--Nada mais ocorrendo o ponto foi votado e ***Aprovado****, por maioria de presenças eem miknuta para efeitos imediatos, com dezoito votos a favor e um contra do Eleito João Santos da Coligação Mais e Melhor."*----------

--7. Regulamento Municipal de Atribuição e Gestão de Habitação Municipal Apreciação e votação; **----------**

--Usando da palavra o Senhor Vereador Francisco Matias, relembrou que, ainda não há um ano, este regulamento foi presente à Assembleia Municipal, tendo ele informado haver um contexto legislativo novo que obrigaria a revisão do regulamento. Esta revisão foi feita em "estreita" ligação com os juristas da associação nacional desta área. Irão surgir novas alterações estando de momento o Município a iniciar um processo de levantamento das famílias, dos agregados e das habitações de modo a implementar um plano de manutenção anual, nesse sentido este regulamento dá mais responsabilidade

quer ao município quer aos inquilinos. Aditou que o regulamento já ultrapassou todos os circuitos legais necessários e vai ser um bom instrumento para se poder melhorar a atividade do Município neste setor. ----------

--Nada ocorrendo o ***Regulamento Municipal de Atribuição e Gestão de Habitação Municipal*** *foi votado e* ***Aprovado*** *por unanimidade de presenças e em minuta para efeitos imediatos.* ----------

--8. Proposta de Protocolo de Colaboração Administrativa e Financeira a celebrar com Associação do Grupo de Forcados do Aposento da Chamusca (Protocolo n.º 46/2016) – Apreciação e votação; **----------**

--O Eleito Rui Pires, PS, questionou qual o ano de atividade referente a este protocolo, se é para apoiar em atividades já realizadas ou a realizar.

--Respondendo o Senhor Presidente que se trata de um protocolo relativo a atividades do ano anterior, ou seja 2015, que por omissão não foi presente à última Sessão da Assembleia Municipal. ----------

--Dado o Eleito Tiago Prestes, Coligação Mais e Melhor, ser o Presidente desta Associação ausentou-se durante a sua votação. ----------

--Assim e colocado à votação o referido protocolo foi ***Aprovado*** *por unanimidade de presenças.* ----------

-- Reintegrou de imediato os trabalhos o Eleito Tiago Prestes. ----------

----------*DOCUMENTOS / RATIFICAÇÃO*----------

--9.Proposta de Adenda ao Contrato Programa de Gestão / Ano 2015 celebrado com a União Desportiva da Chamusca – Apreciação e votação; **----------**

--O Senhor Presidente da Câmara esclareceu tratar-se de um certo, no valor de

seiscentos e trinta e sete euros e trinta e quatro cêntimos, ao contrato Programa de gestão do ano de 2015. ----------

--Foi a referenciada Adenda votada e ***Ratificada*** *por unanimidade de presenças.* ---------

--10.Protocolo de Parceria com a ABAE – Associação Bandeira Azul da Europa – Implementação e Desenvolvimento do Programa Eco-Escolas no Concelho – Apreciação e votação; ----------

--Explicou o Senhor Presidente da Câmara tratar-se de um protocolo a celebrar com a ABAE – Associação Bandeira Azul da Europa que visa a implementação e desenvolvimento do programa Eco-Escolas no Concelho e tem um custo de setenta euros por escola. ----------

--Também, não suscitando duvidas este protocolo de parceria foi votado e ***Ratificado*** *por unanimidade de presenças.* ----------

--11. Proposta Protocolo – Organização de Eventos com Federação de Triatlo Portugal para Duatlo do Semideiro em 21.02.2016 – Apreciação e votação; ----------

--Elucidou o Senhor Presidente da Câmara que proposta de protocolo com a Federação de Triatlo de Portugal visou o apoio ao evento designado "Duatlo do Semideiro – Chamusca", organizado pelo Núcleo Sportinguista da Golegã e o Centro Cultural do Semideiro. Acrescentou, ainda, que o Municipio se sentiu muito honrado de ser parceiro na realização desta Prova do Campeonato Nacional. ----------

--O exposto protocolo foi votado e ***Ratificado*** *por unanimidade de presenças.* ----------

----------***INTERVENÇÕES DO PÚBLICO*** ----------

--Apresentou-se o ***Sr. Luís Costa****, como Vice-presidente do Centro Cultural do Semideiro agradecendo o facto de a Assembleia Municipal ter optado pela realização desta Sessão*

(S: 26.02.2016)

naquele local. Congratulou a Câmara Municipal, assim como a Assembleia, pelo apoio dado para a execução das obras de recuperação do edifício do Centro Cultural. ----------

--Por fim agraciou e demonstrou o seu agrado pela confiança depositada no Centro Cultural do Semideiro na realização do 1º Duatlo do Campeonato Nacional organizado pela Federação Portuguesa de Triatlo e Núcleo Sportinguista da Golegã. ----------

*--Usando da palavra o **Sr. Augusto Silva**, da Chamusca, fazendo um resumo alargado do historial das casas do Bairro 1º de Maio, na Chamusca e apresentando, em seu ver, os problemas das mesmas, solicitou, como tem vindo a fazer há já algum tempo, a intervenção da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal no processo. ----------*

--O Senhor Presidente mencionou que atempadamente e após consulta do departamento jurídico do Município foi remetida resposta conclusiva de que se trata de um assunto particular e privado sobre o qual a Assembleia Municipal não tem qualquer tipo de autoridade. ----------

--O Senhor Presidente da Câmara elucidou que nenhum, dos requerimentos plausível de resposta, apresentados tanto pelo Senhor como por alguns dos moradores, ficou sem resposta, contudo mesmo esses são complicados de responder quando se confunde domínio público com domínio privado. Os assuntos, de momento, da Casa do Povo são de domínio privado tornando-se difícil ao Município responder ao pretendido, contudo, e como é do conhecimento do Sr. Augusto Silva e de alguns moradores, todos os procedimentos feitos pela Câmara têm sido comunicados ao à Procuradoria-Geral da República. Quanto ao registo de valor patrimonial das habitações da Casa do Povo e os IMI's são competência da Autoridade Tributária, daí a Câmara não poder impugnar a questão da reavaliação. Dentro da legalidade o Municipio tem respondido e está

Imprensa Municipalista — Lisboa

solidário com as lutas dos moradores, porém está limitado, sugerindo, assim, que o processo avance dentro dos procedimentos jurídicos normais para que o tribunal possa dar uma resolução ao caso. ----------

--Augusto Silva proferiu, ainda: ----------

--"Que ao analisar desde 1961 até à presente data eu verifiquei que em 1960 a Autarquia comprometeu-se a vender os terrenos onde estão implantadas as casas por cinquenta e cinco contos. Em 1967 foi dada autorização para fazer a segunda fase da urbanização, onde foram construídas mais trinta e quatro casas, em 1970 tentaram comprar por dez escudos o metro quadrado a Câmara opôs-se porque queria que fosse uma concessão por trinta anos, em 1990 surgem as negociações entre a Casa do Povo, o Centro Regional de Segurança Social de Santarém e a Câmara Municipal, entraram em protocolo e foi vendido em 1991 numa escritura pública a cem escudos o metro quadrado. Em consequência disso em 1998 foi pedida uma desanexação pelo Peixinho, representando uma comissão administrativa ao Senhor Presidente da Câmara, na altura haviam duas direções da Casa do Povo e o Senhor Presidente da Câmara Sérgio Carrinho optou pela mais recente, as consequências disso foi que houve a especulação imobiliária em 1999, estando a decorrer um processo judicial onde a direção da Casa do povo de 1989 não foi ouvida, o Centro Regional de Segurança Social não foi ouvido pela Câmara e o tribunal na altura que decorria uma ação judicial também não foi. A Câmara optou no nosso entender, ao ver a especulação imobiliária, pela pior solução porque foi entregar os terrenos a quem não tinha competência na altura para o ter. Nessa consequência a Câmara acredito que a declaração do Centro regional de Segurança Social deu poderes aos órgãos para fazer a escritura em 1991, estava bem

explícito "casas de renda económica", hoje elas não são casas de renda económica. A Câmara em qualquer momento pode-se opor a essa situação porque os terrenos surgem de uma expropriação à família Isidro dos Reis e se evoca a utilidade pública para fazer a expropriação ao legítimo proprietário para depois vender a cem escudos. ---E em 1999 passa para cinquenta contos o metro quadrado, a Câmara de certeza absoluta que pode invocar a utilidade pública da urbanização, dos terrenos para fazer as diligências administrativas para impugnar. Se não o quiser fazer, não o querendo fazer está a pactuar com uma ilegalidade que está a prejudicar os munícipes e não só a esses a todos os outros. Porque os outros não podem fazer a mesma coisa que a Casa do povo fez, é só isto." ----------

----------SUPORTE DIGITAL----------

--O suporte digital encontrar-se, como habitualmente no Gabinete da Assembleia Municipal para eventuais consultas e continuará a servir de apoio às atas, pelo que nas mesmas apenas se fará referências sumárias das intervenções realizadas durante o decorrer dos trabalhos. O suporte digital desta sessão será denominado de Sessão de 26 de fevereiro de 2016. ----------

--Nada mais ocorrendo, deu-se por encerrada a Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, da qual se lavrou a presente Ata que, conjuntamente com o Senhor Presidente da Mesa passo a assinar. ----------

Alexandra Isabel Reotas Dias

Imprensa Municipalista — Lisboa